

Consciência Histórica de jovens estudantes e de professores de História em escolas no meio rural brasileiro

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior*

Resumo: Este texto visa apresentar um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, MG. O objetivo geral é compreender como os saberes históricos e as práticas escolares desenvolvidas no último do ensino fundamental das escolas, no meio rural, auxiliam na formação das identidades e da consciência histórica dos professores de História e dos jovens estudantes. A metodologia privilegiada será a história oral. Ouviremos os professores de História e jovens estudantes da última série do ensino fundamental em diferentes escolas do meio rural brasileiro. Pretendemos complementar as fontes orais com variadas fontes de pesquisa.

Palavras-chave: Consciência Histórica; Identidades; Juventude Rural.

Abstract: This paper aims to present a research project under development in the Doctorate Post-Graduation Program in Education of the Faculty of Education – University of Uberlândia – MG. The general objective is to understand how school historical knowledge that are developed in the last grade of schools' elementary level in the rural area can help on the development of both the identities and the History teachers' historical consciousness as well as the ones of the students. The methodology used will be the oral history. We will hear both the History teachers and the young students of the last grade of the elementary level in different schools of the Brazilian rural areas. Moreover, the oral history will be supported by other means of research.

Key Words: Historical Consciousness, Identities, Rural Youth.

Neste texto visamos apresentar um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, MG. O objetivo geral é compreender como os saberes históricos e as práticas escolares desenvolvidas no último do ensino fundamental das escolas, no meio rural, auxiliam na formação das identidades e da consciência histórica dos professores de História e dos jovens estudantes.

A investigação privilegiará a abordagem qualitativa de pesquisa educacional, pois possibilita aos investigados uma visão ampla do objeto estudado e seu envolvimento com a realidade social, política, econômica e cultural. A abordagem qualitativa não se resume aos aspectos superficiais e limitados, permite considerar e respeitar a subjetividade dos sujeitos da pesquisa.

* Doutorando pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, bolsista da Capes. E-mail: silvajunior_af@yahoo.com.br

Utilizaremos a história oral, pois seu tema remete a estudos que levam em conta as manifestações anônimas, o cotidiano, a micro-história, os espaços informais e a cultura popular. Segundo Portelli (1997), a história oral, além de expressar a historicidade da experiência pessoal e o papel do indivíduo na história da sociedade, propicia ampliar os conhecimentos e as informações sobre um passado recente por meio da versão de pessoas que o viveram. Por intermédio da história oral, com suas diferentes versões sobre um mesmo período, cada pessoa, valendo-se dos elementos de sua cultura, socialmente criados e compartilhados, conta não apenas o que fez, mas o que gostaria de ter feito, o que acreditava fazer e o que pensa que fez.

Optaremos pela história oral temática, pois buscamos focalizar um assunto preestabelecido, no caso, procuro compreender como os saberes históricos escolares, desenvolvidos pelos professores de História do último ano do ensino fundamental, em escolas rurais, influenciam na construção das identidades e a consciência histórica de professores e estudantes. Para a história oral temática, interessa a história pessoal do narrador, apenas aquilo que revela aspectos úteis à informação temática central (Bom Meihy, 2002).

Propomos investigar as escolas rurais de diferentes regiões do Brasil que estão localizadas nos chamados Território da Cidadania. Segundo o Governo Federal, o Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltada às regiões do país que mais precisam, com o intuito de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais, que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios conseguem demonstrar, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

No início da pesquisa, pretendemos prender-nos a uma investigação crítico-reflexiva sobre documentos relacionados ao ensino fundamental, em particular, sobre o ensino de História em escolas no meio rural como: PCNs de História, CBC, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica em escolas do campo, Referência para uma política nacional de Educação do Campo e a LDB 9.394/96. Concomitante à análise dos documentos, faremos um revisão bibliográfica sobre o ensino de História, juventude brasileira, consciência histórica, e, sobre identidades. A proposta é combinar o emprego de fontes orais e escritas com o objetivo de considera o processo metodológico e de auxiliar a análise.

Ouviremos as vozes dos professores de História de jovens que cursam o último ano do ensino fundamental em escolas no meio rural brasileiro. Antes de ouvir as narrativas de professores e alunos, intentamos aplicar um questionário para ser respondido pelo universo dos jovens e professores que atuam no último ano do ensino fundamental, nas escolas rurais, em diferentes regiões brasileiras. Sem deixar de traçar um retrato das condições objetivas em que vivem os jovens rurais, buscaremos direcionar o foco principal da investigação em condições subjetivas da condição desses jovens, isto é, a visão dos próprios jovens rurais sobre sua situação, sobre o momento em que vivem e seu lugar na sociedade. Esse questionário terá como objetivo caracterizar a diversidade dos jovens e de professores de História que atuam no último ano do ensino fundamental em escolas rurais brasileiras.

Pretendemos ouvir as narrativas dos professores de História que atuam no último ano do ensino fundamental, nas escolas no meio rural, por meio de um roteiro temático, abordando as seguintes questões: formação acadêmica, experiência docente em anos, particularidades curriculares no ensino de História, avaliação da capacidade intelectual dos alunos, significado da religião e da política para a vida cotidiana do professor, seu posicionamento político, período da História enfatizados, conceitos mais importantes ensinados, métodos de ensino e aprendizagem, objetivo do ensino de História, interesse dos alunos e principais problemas do ensino de História.

1 . O processo identitário dos jovens no meio rural brasileiro

Juventude é um termo que parece óbvio, um assunto sobre o qual todos têm algo a dizer, afinal, todos nós somos ou fomos jovens um dia, ou convivemos com jovens. Entretanto, quando nos propomos aprofundar nos significados, as dificuldades aparecem. Segundo Abramo (2005), *“muito do que se escreve sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra (p. 37)”*.

De acordo com Abramo (2005), o grupo de idade que corresponde de 15 a 24 anos é o que vem se tornando convenção, no Brasil, para a abordagem demográfica sobre juventude¹. É a faixa etária que se relaciona ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado com a “transição” para a vida adulta. É oportuno afirmar que os estudos sobre juventude e as políticas públicas concebem que os jovens têm de ser considerados como sujeitos de direitos.

¹ De acordo com o Projovem e com a Secretaria Nacional de Juventude, a idade que corresponde à juventude foi ampliada para a faixa etária que corresponde de 15 a 29 anos.

A obra “Retratos da Juventude Brasileira”, organizado por Abramo e Branco, fruto de uma pesquisa nacional do Projeto Juventude, conta com uma diversidade de textos que permite avançar na compreensão da complexa realidade que envolve os 34 milhões de jovens. Segundo os autores,

[...] o objetivo desta publicação é divulgar e estimular o uso ainda mais intenso dos resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” – um amplo levantamento quantitativo sobre esse contingente populacional, cujo planejamento atendeu ao propósito de que o estudo tivesse representatividade nacional e permitisse que a abordagem se desdobrasse na apresentação de resultados desagregados segundo as características regionais e outros aspectos fundamentais para a melhor compreensão do que é a juventude brasileira, respeitando a diversidade de temas e as características sociodemográficas e culturais que qualificam a juventude do país (ABRAMO, BRANCO, 2005, p. 9-10).

Estudos como esses, sobre a juventude brasileira, oferecem subsídios para a atuação dos governantes e das organizações da sociedade, além de serem referências para estudos e debates que buscam soluções para superar os grandes desafios que se colocam para o desenvolvimento da cidadania plena.

O Brasil é um país que, no limiar do século XXI, ainda carrega uma enorme dívida social. Não foi capaz de satisfazer as necessidades básicas de milhões de cidadãos. Bens existenciais basilares como: alimentação, saúde, moradia, educação, segurança, entre outros, são sonogados ou negados a imensos contingentes de excluídos. Daí, a importância de conhecer a juventude brasileira e, fundamentados no conhecimento, construir propostas viáveis e consistentes para superar tais carências.

Em especial, neste trabalho, propomos aprofundar os estudos sobre a juventude rural. O interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente e ainda bastante limitado. Segundo Carneiro (2005), as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro de equipe de trabalho familiar, ou como trabalhador fora do estabelecimento familiar, completando a renda da família com salários baixos. De acordo com a autora:

Vistas dessa maneira desde a ótica do trabalho, a “juventude rural” – categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea - permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social, dificultando, assim, a compreensão de sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado (CARNEIRO, 2005, p. 244).

No atual contexto sócio, econômico e cultural, as fronteiras entre o rural e o urbano diminuem cada vez mais, diferentes universos culturais se interpenetram, o rural como

sinônimo de agrícola não existe mais. Emerge aí uma juventude rural que nos mobiliza, desperta o interesse em verificar como esses jovens atribuem sentido às suas vidas.

Na fase da globalização econômica, que estamos vivendo, caracterizada pelo esfacelamento das particularidades e individualidades, é importante para o ser humano, como sujeito histórico, o sentimento de pertencer a um lugar, a um grupo social ao qual estamos emocional e afetivamente, ligados e com o qual nos identificamos. A compreensão da identidade é importante para os jovens perceberem os elos, mesmo imaginários, que os mantêm unidos. Isso não significa uma identidade fixa, unificada, completa, pois, concordamos com Hall (2005), Bauman (2005), Bhabha (2005) e Silva (2000), ao afirmarem que o que temos de concreto é um sujeito fragmentado, cambiante, deslocado, no qual estão em conflito várias identidades, algumas, inclusive, antagônicas.

2. Consciência histórica

Antes de iniciar a discussão teórica sobre consciência histórica, retomamos Cerri (2001), quando afirma que a idéia desse conceito reforça a tese de que a história na escola é um tipo de conhecimento histórico qualitativamente diferente do conhecimento produzido por especialistas acadêmicos. Segundo o autor,

Finalidades, fontes de informação, procedimentos de trabalho e resultados distintos são motivos suficientes para considerar a distinção entre esses saberes históricos, como já vem sendo feito há mais de uma década por estudiosos do ensino de História ao redor do mundo, principalmente porque o conceito de consciência histórica ajuda a perceber a presença de muitos outros saberes históricos além destes dois (CERRI, 2001, p. 108).

Essa afirmação permite-nos relacionar saberes históricos com consciência histórica. Em primeiro lugar, propomos uma reflexão sobre saberes. Para Gauthier (1998), o ensino efetiva-se pela mobilização de vários saberes, urge que o professor forme uma espécie de “reservatório” de saberes para responder às exigências de sua situação concreta de ensino. Segundo Tardif (2002), o saber não é algo que flutua no espaço, o saber dos professores está relacionado com a pessoa e a identidade dele. Barth (1996) esclarece que o saber não é linear, é provisório, não tem fim, não é objeto fixo.

Em segundo lugar, buscamos uma reflexão sobre o conceito, ou conceitos de consciência histórica. Para Schmidt e Garcia (2005), a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar – nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade

presente. De acordo com Cerri (2001), é um engano afirmar que o conceito de consciência histórica seja comum a todos que se utilizam da expressão. Pelo contrário, às vezes, ela se refere a realidades diferentes ou até mesmo excludentes.

Consciência histórica é um fenômeno inerente à existência humana ou característica específica de uma parcela da humanidade? É uma meta a ser alcançada?

Mesmo com diferentes formações e espaços de exercício da atividade intelectual distintos, Hellen e Rusen aproximam-se no conceito de consciência histórica. Ambos enfatizam que a consciência histórica não é uma meta, mas uma das condições da existência do pensamento. Ela não está restrita a um determinado período da história, nem a certas regiões do planeta, nem a determinadas classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral.

Para Heller (1993), a consciência histórica é inerente ao estar humano no mundo e é composta de diversos estágios. Rusen (2001) acentua que o ser humano tem de agir intencionalmente, e só pode agir no mundo se interpretá-lo e a si mesmo de acordo com as intenções de sua atuação e de sua paixão.

Dessa forma, a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não, ela é algo universalmente humano, devido à intencionalidade da vida prática do ser humano. É um fenômeno vital, imediatamente ligado com a prática. Para Rusen (2001), a consciência histórica é

A suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (...), o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana (RUSEN, 2001, p. 57).

Em Rusen (2001), são quatro tipos de consciência história: tradicional (a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e cultura do passado); exemplar (as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); crítica (permite formular pontos de vista históricos, por negação de outras posições); e genética (diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade).

Assim, podemos afirmar que os dois primeiros tipos de consciência histórica supõem uma atitude passiva de quem recebe o conhecimento histórico como se este se desse fora dos sujeitos. De forma diferente, nos modos crítico e genético, os sujeitos que participam do

processo de ensino e aprendizagem da história, convertem-se em participantes ativos e produtivos desse processo.

3. Considerações finais

De acordo com os Parâmetros Curriculares do Ensino de História, ensinar História requer oferecer aos alunos condições para refletirem sobre as relações que guardam com as experiências históricas de outros sujeitos em tempos e culturas diversas das suas. De acordo com Freire (1987), é necessário instaurar uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos.

Isso nos leva a alguns questionamentos: Como os jovens, alunos do ensino médio das escolas rurais, avaliam esse diálogo? Como os professores realizam esse diálogo com a juventude rural? Qual a contribuição deste diálogo na formação identitária e da consciência histórica dos professores de História e dos jovens rurais?

Interessa-nos, na presente pesquisa, compreender como os saberes históricos escolares desenvolvidos no último ano do ensino fundamental, em escolas no meio rural, influencia na formação das identidades e da consciência histórica dos professores de História e da juventude rural. Temos como referência de análise os quatro tipos de consciência histórica estabelecidos por Rusen (2001).

4. Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W., BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira**. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

BARTH, Brith – Mari. **O Saber em construção**: para uma pedagogia da compreensão. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 3 reimpressão. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W., BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira**. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. **Revista da História Regional** 6(2). p. 93-112, Inverno 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GAUTHIER, C. Ensinar: Ofício estável, identidade profissional vacilante. In: GAUTHIER, C. et al. In: **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**, Ijuí, Rs: UNIJUÍ, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos N. Coutinho e Leandro Konder. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História PUC-SP**, São Paulo: EDUC, 1997.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica – teoria da história: fundamentos da ciência história**.

Tradução de Estevão de Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História**. In: Cadernos Cedes. Campinas, vol. 25. n. 67, p. 297-308, set/dez. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.